



Nova política de transporte urbano mais perto de virar lei



A chamada Lei da Mobilidade, que define regras para melhorar a qualidade de vida nos centros urbanos, foi aprovada em setembro pelo Senado e deverá se tornar lei caso não haja recurso para votação em Plenário

A definição do transporte coletivo, público e não motorizado como prioridade de governantes está a um passo de se tornar lei. A Política Nacional de Mobilidade Urbana, mais conhecida como Lei da Mobilidade, foi aprovada em setembro em decisão terminativa das comissões, mas seu envio

para sanção presidencial sofreu atraso em razão de dúvidas sobre emendas, sanadas no início do mês. O envio ao Planalto ocorrerá nos próximos dias, caso não haja recurso para votação em Plenário. Com a lei, projetos municipais que não seguirem as diretrizes não poderão receber recursos do governo federal. **3**

Marginal Tietê, uma das principais artérias viárias de São Paulo, em dia normal: nova lei busca saídas para trânsito caótico

Assine a newsletter do Jornal do Senado

Basta se cadastrar no portal de notícias do Senado para receber, no seu e-mail, a informação mais completa sobre o trabalho dos senadores.

www.senado.gov.br/jornal



Declaração dos Direitos Humanos é celebrada **4**

CDH funcionou como trincheira para movimento social **6**

Senador propõe mudança no funcionamento das comissões **7**

Wilson Dias/ABr



Maria do Rosário, Dilma Rousseff e José Sarney ouvem discurso de uma das agraciadas na solenidade de sexta

Sarney prestigia entrega de prêmio

O presidente do Senado, José Sarney, participou na sexta-feira da entrega do Prêmio Direitos Humanos 2011 a 20

pessoas que se destacaram durante o ano. Elas receberam da presidente Dilma Rousseff certificado e troféu. **2**

Congresso deve definir compensações por Lei Kandir

Na reta final do exame da proposta orçamentária para 2012, os parlamentares estudam dotações a estados e municípios a título de compensação pelas perdas tributárias decorrentes da Lei Kandir e votam relatórios parciais. **5**

Sancionadas atribuições ambientais dos entes federados **7**

Vinte pessoas que se destacaram na área receberam certificado e troféu da presidente Dilma. Cerimônia faz parte das celebrações do Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro

Sarney vai a entrega do Prêmio Direitos Humanos

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, participou, na manhã de sexta-feira, da cerimônia de entrega do Prêmio Direitos Humanos 2011, no Palácio do Planalto. Os 20 agraciados receberam das mãos da presidente Dilma Rousseff certificado e troféu em vidro elaborado pelo artista plástico João Paulo Sirimarco Batista.

Dilma destacou a importância dos direitos humanos, "sobretudo pelo espírito de justiça, força moral e sentido ético que norteiam essa questão". Segundo a presidente da República, esse é um tema essencial para a construção de uma nação que respeite os princípios fundamentais da civilização.

O prêmio é a mais alta condecoração outorgada pelo governo a pessoas e entidades que se destacaram na defesa e na promoção dos direitos humanos no país. A entrega faz parte das comemorações do Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro.

Os premiados

Conheça as categorias e os ganhadores da edição 2011

- ▶ **Dorothy Stang:** Geralda Magela da Fonseca – Irmã Geraldinha
- ▶ **Educação em Direitos Humanos:** Rita Gomes do Nascimento
- ▶ **Mídia e Direitos Humanos:** Agência da Boa Notícia Guajuviras
- ▶ **Centros de Referência em Direitos Humanos:** Centro de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos Marçal de Souza Tupã-i
- ▶ **Enfrentamento à Pobreza:** João Batista Frota – Padre João
- ▶ **Garantia dos Direitos da População em Situação de Rua:** Anderson Lopes Miranda
- ▶ **Enfrentamento à Violência:** Patrícia Lourival Acioli – *in memoriam*
- ▶ **Segurança Pública:** Ricardo Brisolla Balestreri
- ▶ **Enfrentamento à Tortura:** Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (Flamas)
- ▶ **Direito à Memória e à Verdade:** Instituto Vladimir Herzog
- ▶ **Diversidade Religiosa:** Flávia da Silva Pinto
- ▶ **Igualdade Racial:** Creuza Maria Oliveira
- ▶ **Igualdade de Gênero:** Berenice Bento
- ▶ **Garantia dos Direitos da População de LGBT:** Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto
- ▶ **Santa Quitéria do Maranhão:** Defensoria Pública do Estado do Pará
- ▶ **Erradicação do Trabalho Escravo:** Antonio José Ferreira Lima Filho
- ▶ **Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Wanderlino Nogueira Neto
- ▶ **Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa:** Maria Luíza Teixeira
- ▶ **Garantia dos Direitos das Pessoas com Deficiência:** Escola de Gente – Comunicação em Inclusão
- ▶ **Garantia dos Direitos dos Povos Indígenas:** Comunidade indígena Kaingang Fân Nhin
- ▶ **Livro:** Antônio Augusto Cançado Trindade

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário

Sessão não deliberativa

14h

A sessão será destinada a discursos dos senadores e comunicados da Mesa.

Previdência

Balanco de 2011

9h

Campanha em defesa do emprego e balanço de 2011 estão na pauta de audiência da Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social.

CMO

Votação dos relatórios setoriais

19h

A Comissão Mista de Orçamento se reúne para dar continuidade à votação dos relatórios setoriais referentes ao Orçamento de 2012.

Terça-feira

Drogas

Apresentação de relatório

9h

Apresentação do relatório final da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros.

CDH

Avaliação dos trabalhos

9h

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa promove audiência pública para avaliação dos trabalhos do colegiado.

CAE

Débitos previdenciários

10h

A Comissão de Assuntos Econômicos vota projeto que permite a compensação de débitos previdenciários com créditos referentes a outros tributos federais.

CAS

Vacina contra HPV

11h

Audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais instrui projeto sobre a imunização de mulheres com a vacina HPV na rede pública do SUS.

CE

Índice de escolas

11h

Análise de projeto que obriga escolas públicas a colocar placa com posição alcançada no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

CMA

Obras inacabadas

11h30

Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle analisa criação de cadastro de obras inacabadas e vota projeto sobre gases de automóveis.

CDR

Eleição do vice-presidente

14h

Eleição do vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Na pauta de votações, projeto sobre política urbana.

Quarta-feira

CCT

Acesso a SPC e Serasa

9h

Exame de projeto que assegura ao consumidor acesso pela internet às informações sobre ele arquivadas em cadastros de consumo como SPC e Serasa.

CAS

Seguro-desemprego

9h

A comissão vota a concessão de seguro-desemprego a artistas, músicos e técnicos em espetáculos, e relatório de subcomissão sobre dependência química.

Defesa civil

Propostas de mudança no sistema

14h

Apresentação do relatório final da comissão que tratou do Sistema Nacional de Defesa Civil e propôs a constituição da Força Nacional de Defesa Civil.

CMMC

Relatório final

14h

Reunião na comissão mista para leitura do relatório final do colegiado. Antes, análise da participação brasileira na Conferência do Clima.

Quinta-feira

CAS

Cobertura para neoplasias

9h

A Comissão de Assuntos Sociais debate projeto que inclui tratamentos antineoplásicos entre as coberturas obrigatórias dos planos de saúde.

CCT

Diretrizes do Ministério de C&T

9h

O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, participa de audiência pública na comissão sobre os trabalhos e as diretrizes da pasta.

Segurança pública

Apresentação de conclusões

9h30

Apresentação do relatório final da comissão temporária que analisou a Política Nacional de Segurança Pública, com foco em projetos do PAC 2.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Programa Assunto de Estado - Bahia Emprego e Formação de Mão de Obra



Debate ao vivo com os senadores:

João Durval (PDT), Lídice da Mata (PSB) e Walter Pinheiro (PT)

12 de dezembro, segunda-feira, às 21h30 na TV Senado e Rádio Senado

Assunto de Estado

Envie suas perguntas:
0800 61 2211
www.senado.gov.br/alosenado
Twitter: @tvsenado

www.senado.gov.br/tv



Lei da Mobilidade diz que prefeitos devem priorizar trem e ônibus, e não carro; se nenhum senador apresentar recurso, texto irá para a sanção presidencial

Ricardo Westin

NO ANO 2000, o Brasil tinha quase 30 milhões de carros, caminhões e ônibus — um veículo para seis brasileiros. Após uma década, a frota mais que dobrou. Hoje, circulam perto de 65 milhões de veículos — um para três brasileiros. Avenidas, viadutos e túneis, naturalmente, não se multiplicaram na mesma proporção.

Do crescimento desenfreado da frota, o resultado mais visível é o trânsito caótico, com seus engarrafamentos e acidentes. As grandes cidades estão à beira do colapso, e as médias vão na mesma direção.

Para ajudá-las a desatar esse nó, o Senado está prestes a enviar ao Palácio do Planalto, para a sanção da presidente Dilma Rousseff, a Política Nacional de Mobilidade Urbana — conhecida como Lei da Mobilidade.

Em resumo, a lei diz que os governantes devem priorizar o transporte coletivo (não o individual), o público (no lugar do particular) e o não motorizado (em vez do motorizado).

Embora pareçam diretrizes óbvias — principalmente nestes tempos em que se bate tanto na tecla da sustentabilidade —, trata-se de uma lei sem precedente. O jargão legislativo a descreveria como o marco regulatório do setor.

O objetivo da lei é impedir que os governantes insistam em responder ao crescimento da frota de veículos com mais avenidas, viadutos e túneis. As obras acabam tendo, no fim das contas, efeito contrário. Servem de estímulo para que mais carros entrem em circulação e, assim, voltem a colapsar a infraestrutura viária.

Passagem barata

Grande parte da Lei da Mobilidade incentiva o transporte público coletivo. A razão é óbvia: 30 pessoas num ônibus ou num trem não congestionam uma rua, mas 30 pessoas divididas entre 30 carros, sim. Por isso, a lei determina que as passagens precisam ser as mais baratas possíveis.

E dá alguns caminhos. Afirma que as gratuidades concedidas a grupos como estudantes, idosos e deficientes não devem encarecer o bilhete dos demais usuários (mas, sim, ser custeadas pelos cofres públicos); que os “ganhos de eficiência” das empresas privadas de transporte devem ser calculados no momento de reajustar as passagens (faixas exclusivas para ônibus nas avenidas, por exemplo, permitem a esses

Fernando Stanhuns

Nova política tenta desafogar trânsito das grandes cidades

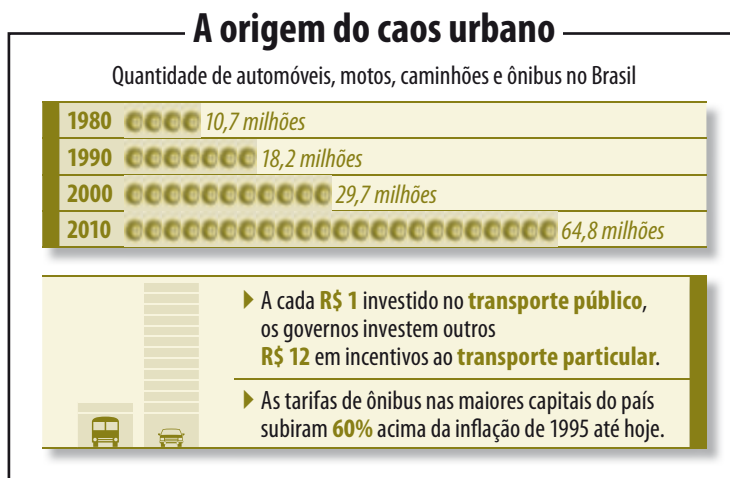


Cena cotidiana em São Paulo, famosa pelos congestionamentos: nova lei aponta caminhos para melhorar transporte público

veículos trafegar com mais rapidez e consumir menos combustível); e que no cálculo das tarifas deve ser contabilizada “a receita oriunda de outras fontes” (como o lucro que as empresas têm quando afixam propaganda nos ônibus).

Essas são “ações que as prefeituras nem sempre exigem das empresas de transporte”, segundo as consultoras legislativas do Senado Elisabeth Wanderley Nobrega e Lília Alcântara, especialistas no tema.

Para que um cidadão decida deixar o carro em casa e usar o transporte público, porém, não basta que a passagem seja barata. É essencial que o serviço tenha qualidade, que haja paradas de ônibus ou estações de metrô por toda a cidade, que a espera não seja longa e que os veículos estejam em bom estado. Para isso, a Lei da Mobilidade afirma que as prefeituras devem fixar metas de desempenho para as empresas de transporte. Cumpridas as metas, elas são premiadas.



Descumpridas, são punidas.

Outro avanço trazido pela Lei da Mobilidade é esclarecer que as prefeituras podem, sim, instalar o pedágio urbano (como o de Londres, que cobra uma taxa dos carros que entram no centro da cidade) e implantar o rodízio (como o de São Paulo, onde os carros, conforme a placa, ficam proibidos de sair às ruas uma vez por semana nos horários de pico). Embora extremadas, são medidas que desestimulam o uso do carro e ajudam a desafogar o trânsito.

— A lei quer que, mesmo tendo carro, a população se sinta motivada a usar o transporte público, com passagens baratas, com ônibus e trens confortáveis e confiáveis, com deslocamentos rápidos, sem engarrafamentos e com menos consumo de combustível, para o ar ficar mais limpo. A lei quer, em suma, melhorar a qualidade de vida da população — resume Luiz Carlos Bueno de Lima, secretário nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades.

Cidade que ignorar norma ficará sem verba

O governo federal não terá poder para impor às prefeituras a Lei da Mobilidade. O transporte urbano, diz a Constituição, é de competência dos municípios, mas isso não quer dizer que a Lei da Mobilidade será letra morta.

Um dos artigos afirma que o governo federal não bancará projetos municipais de transporte se os prefeitos não tiverem plano municipal baseado na Lei da Mobilidade — enumerando prioridades e metas de curto e longo prazo.

Hoje, um número pífio de cidades é orientado por plano de mobilidade — não mais do que 30, num universo de mais de 5.500 municípios.

A Lei da Mobilidade dará norte às verbas dos estados e do governo federal. O Ministério das Cidades saberá que, entre um prefeito que quer alargar uma avenida e outro que pretende abrir um corredor de ônibus, a prioridade será dada ao segundo. Na dúvida entre um programa que estimula a população a comprar carros e outro que expande o metrô, este último terá preferência.

Não são poucas as verbas federais em jogo: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por exemplo, tem R\$ 32 bilhões para aplicar em transporte e infraestrutura urbana pelo Brasil afora.

— O governo sempre priorizou o automóvel. Agora existe um filtro para que invista mais em projetos que beneficiam a população toda, e não só quem usa o carro — diz Marcos Bicalho, da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP).

A Lei da Mobilidade “preenche uma lacuna normativa”, na avaliação de Acir Gurgacz (PDT-RO), um dos relatores desse projeto no Senado:

— Torna efetivo o artigo 182 da Constituição, de modo que a política de desenvolvimento urbano executada pelas prefeituras desenvolva as funções sociais da cidade e assegure o bem-estar de seus habitantes.

Antes de ir para Dilma, texto terá leitura final

O projeto da Lei da Mobilidade havia passado pela última comissão do Senado em setembro, sem necessidade de ir ao Plenário. Porém, alterações feitas no texto final fizeram com que voltasse às comissões. Elas acabam de concluir que as mudanças foram só de forma, não de conteúdo. Se nenhum senador apresentar recurso após a leitura final (nos próximos dias), irá para a sanção. O texto resulta da união de quatro propostas — uma do governo.

Declaração foi adotada pela ONU há 63 anos, mas muitos de seus artigos não vêm sendo respeitados no Brasil e no mundo, conforme ressaltaram parlamentares no Senado

Senadores celebram os direitos humanos

O ANIVERSÁRIO DE 63 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro, motivou discursos dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Ana Rita (PT-ES). Na mesma data, é comemorado o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Cristovam comentou na sexta-feira alguns artigos do documento adotado pela Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU) em 1948. Ele observou que nem todos os direitos garantidos na declaração são exercidos plenamente.

— O primeiro artigo diz que todas as pessoas nascem livres e iguais, em dignidade e direitos. Elas nascem iguais, mas logo depois se tornam desiguais, sobretudo porque nascem pela segunda vez na escola, que é o nascimento intelectual — disse o senador.

O senador ainda elogiou o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), que estava na chefia do Executivo quando sancionou a Lei 12.533/11, que fixa o dia 16 de março como o Dia da Consciência das Mudanças Climáticas. Segundo Cristovam, essa data se destina ao debate, em todas as escolas e universidades brasileiras, em

favor de consciência ambiental atenta à importância do desenvolvimento sustentável.

Em seu discurso, na quinta-feira, Ana Rita lembrou que a Declaração dos Direitos Humanos foi adotada pela ONU depois das atrocidades ocorridas na 2ª Guerra Mundial.

A senadora ressaltou que a declaração condena a escravidão, a tortura, o preconceito e toda forma de discriminação e violência, com o objetivo de “inspirar a vida de todos”. Além disso, acrescentou Ana Rita, a declaração garante as liberdades de expressão, de opinião e de pensamento.

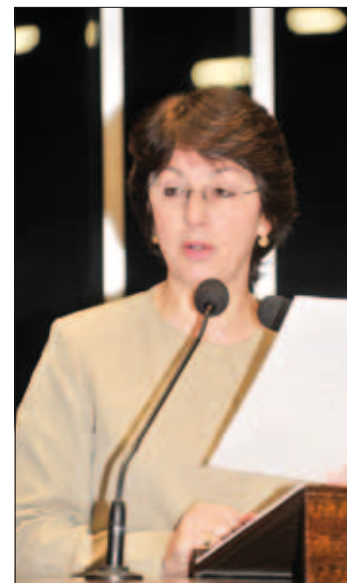
Ela lamentou que o Brasil ainda tenha de enfrentar problemas como o racismo, a violência contra as mulheres, a homofobia e o trabalho escravo e infantil.

A parlamentar aproveitou para defender a aprovação da PEC do Trabalho Escravo (438/01), em tramitação na Câmara. A PEC determina a desapropriação, sem indenização ao proprietário, da terra onde for constatada a exploração de trabalho escravo.

— Não podemos permitir o trabalho escravo no Brasil nem em nenhuma parte do mundo — disse.



Cristovam lamenta que a igualdade desejada não se mantém na educação



Ana Rita aproveita a ocasião para defender a PEC do Trabalho Escravo



A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada pela Assembleia-Geral da ONU em 1948, após atrocidades praticadas durante a 2ª Guerra Mundial

Multa por trabalho em feriado pode chegar a R\$ 4 mil

A presidente Dilma Rousseff sancionou na quinta-feira, dia 8, a Lei 12.544/11, que atualiza para até R\$ 4.025,33 o valor da multa aplicada ao empregador que não conceder repouso semanal remunerado ao empregado ou deixar de pagar pelo trabalho em feriados. O valor anterior, constante da Lei 605/49, ainda era definido em cruzeiros.

A multa tem o valor mínimo de R\$ 40,25 e varia de acordo com a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou. A reincidência e a oposição à fiscalização, além do desacato à autoridade, levarão o empregador infrator a receber a penalidade em dobro.

O PLC 43/11, que deu origem à lei, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em votação final, no dia 26 de outubro.

Subcomissão divulga amanhã relatório de combate às drogas

Ana Amélia (PP-RS) convidou a sociedade a participar de audiência que amanhã divulgará relatório com as conclusões dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais para Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros, a partir das 9h. Rede eletrônica permitirá a participação de 26 assembleias estaduais.

Presidida por Wellington Dias (PT-PI), a subcomissão funcionou no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ao longo do ano, foram realizadas 12 audiências públicas, painéis que reuniram 32 convidados, entre médicos, representantes da comunidade, sindicatos, governo e ex-dependentes.

Entre as conclusões da subcomissão, está a recomendação de criar comissão mista no Congresso para estudar propostas legislativas que contribuam para o enfrentamento da dependência química, agilizando a tramitação.



Ana Amélia fez convites para a audiência

Ana Rita anuncia conferência sobre mulheres

A senadora Ana Rita (PT-ES) comunicou sexta-feira a realização da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. O evento, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, começa hoje e vai até o dia 15, em Brasília.

Conforme Ana Rita, a conferência vai consolidar as propostas elaboradas nas conferências municipais e estaduais, além de definir a responsabilidade do governo federal frente às demandas apresentadas pelos municípios. Cerca de 200 mil mulheres de todo o país estão envolvidas na mobilização, que passou por 2.160 cidades.

— A conferência nos ajudará, e muito, a avançar nas políticas públicas para as mulheres deste país — disse a senadora, que registrou ainda a participação de 59 delegadas de seu estado.

A parlamentar informou que a presidente Dilma Rousseff e a ex-presidente do Chile e diretora executiva da ONU Mulheres, Michelle Bachelet, confirmaram participação.

Ana Rita também cumprimentou o lançamento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, intitulado Viver Sem Limite.

Anibal elogia esforço de acordo no projeto contra a homofobia

Anibal Diniz (PT-AC) elogiou o esforço de parlamentares, ativistas da causa homossexual e grupos religiosos pelo entendimento em torno do projeto de lei da Câmara que criminaliza a homofobia (PLC 122/06). Após debate acirrado na Comissão de Direitos Humanos, dia 8, o projeto foi retirado da pauta de votações.

— Temos que trabalhar para que não se estabeleça um clima de guerra — afirmou o senador, vinculando a discussão do projeto contra a homofobia à Declaração dos Direitos Humanos.

Anibal disse que, a exemplo do que ocorreu com o Código Florestal no Senado, é fundamental buscar pontos de convergência para elaborar proposta consensual de combate à homofobia. Na sua avaliação, esse novo código é um marco importante para afirmar a política de sustentabilidade defendida pelo Brasil frente ao mundo.



O senador diz que é preciso evitar “clima de guerra”

Lei aumenta IOF de contrato cambial

A presidente Dilma Rousseff sancionou, na quinta-feira passada, a Lei 12.543/11, que, entre outras medidas, permite a cobrança de alíquota de até 25% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre contratos derivativos vinculados à taxa de câmbio do dólar. O objetivo é evitar a sobrevalorização do real.

A possibilidade de taxa desses derivativos está em vigor desde julho, quando foi editada a Medida Provisória (MP) 539/11, aprovada como projeto de lei de conversão (PLV 26/11). Com a lei, passa a ser exigido o registro dos contratos de derivativos cambiais em câmaras ou prestadores de serviço de compensação, de liquidação e de registro autorizados pelo Banco Central ou pela Comissão de Valores Mobiliários. As empresas exportadoras poderão descontar o IOF devido por operações com derivativos do IOF a recolher como contribuinte.

Como em anos anteriores, o governo não prevê recursos para compensar perdas tributárias de estados e municípios com exportações

Relator do Orçamento pode propor compensações pela Lei Kandir

NENHUM RECURSO FOI incluído na proposta orçamentária de 2012 para o fomento das exportações. A proposta do governo, assim, repete a prática de não prever no Orçamento a compensação das perdas tributárias dos estados e Distrito Federal decorrentes da Lei Complementar 87/96 — a Lei Kandir.

Uma solução está prevista no parecer preliminar sobre a proposta de 2012, de acordo com o qual o relator-geral, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), poderá alocar recursos com essa finalidade.

A Lei Kandir isentou do ICMS as operações que destinem mercadorias ao exterior, bem como prestação de serviços. Com a consequente perda de arrecadação dos estados e municípios, a própria Lei Kandir — e as leis complementares 102/00 e a 115/02 — estabeleceu valor global anual a ser entregue pela União, bem como os critérios de repartição.

A LC 115/02 determinou ainda que, no exercício de



Senador Vital do Rêgo (1º à dir.), presidente da CMO, pretende votar hoje os relatórios parciais

2003, a União entregaria a estados e municípios o valor de até R\$ 3,9 bilhões. Para 2004 a 2006, o valor não foi previamente fixado em lei. Em 2003, o repasse foi definido pela Emenda Constitucional 42, dispondo que a União entregaria aos entes federados montante definido em lei regulamentar, ainda não editada. Dessa forma, o sistema continua a ser

o previsto na LC 115/02, que não prevê definição prévia do montante a ser repassado.

Os projetos orçamentários de 2004, 2005 e 2006 foram enviados ao Congresso sem previsão da compensação a estados e municípios e ela foi incluída na tramitação. Para 2008 e 2009, o projeto previa R\$ 3,9 bilhões para fomento às exportações, acrescidos

de R\$ 1,3 bilhão de reserva. Para 2010, também não houve previsão e a dotação acabou sendo incluída no Congresso. A mesma situação repetiu-se na proposta de 2011.

A intenção das lideranças políticas é concluir a votação dos dez relatórios setoriais da proposta de 2012 na reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) marcada para hoje.

Revisão de metas da inflação preocupa Marcelo Crivella

Marcelo Crivella (PRB-RJ) ressaltou em Plenário, na sexta-feira, a contínua revisão das previsões de inflação e crescimento econômico pelo governo para este ano. Conforme observou, a meta de 6,5% traçada para 2011 só deverá se confirmar se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de dezembro não ultrapassar 0,5%.

— Os indicadores econômicos do Brasil são favoráveis quando comparados com os europeus e americanos. Entretanto, os resultados da economia no terceiro trimestre de 2011 mostram inflexões importantes nos indicadores. Em 2010, a economia cresceu 7,5% e a inflação alcançou a taxa de 5,91%. Para 2011, espera-se crescimento bem

menor do PIB (3%) e inflação maior (6,4%) — comentou.

O senador lembrou que, na tentativa de antecipar a eventual recessão, provocada pela política monetária e agravada pela crise internacional, o Banco Central optou por adotar uma redução gradual na taxa básica de juros (Selic) a partir de agosto — fixada, no momento, em 11% ao ano.

Apesar disso, destacou Crivella, os juros das operações de crédito realizadas pelos bancos subiram em novembro. A crise internacional é a justificativa usada para a medida, conforme assinalou.

— No cheque especial, a taxa passou de 8,21% para 8,41% ao mês. Para empresas, os juros subiram de 3,89% para 3,98%. Sem falar nos juros do cartão de crédito, cada vez mais usado no Brasil como meio de pagamento — informou.

Como a dívida líquida do Brasil está sob controle, Crivella acredita que essa é a ocasião de o governo retomar novo ciclo de investimento capaz de impulsionar o crescimento econômico. Na sua opinião, é preciso criar novos canais de financiamento e elaborar novo plano de desenvolvimento.



Senador anuncia investimentos em abastecimento e saneamento

Roraima terá mais R\$ 25 milhões do PAC, diz Jucá

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), ressaltou a inclusão de obras da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em Roraima, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Serão mais de R\$ 25 milhões em abastecimento de água e saneamento em 2012.

As redes de abastecimento serão instaladas nos municípios de Bonfim, Cantá, Iracema, Mucajá, Pacaraima e São Luiz. Já as obras de saneamento domiciliar beneficiarão as cidades de Alto Alegre, Amajari, Normandia e São João da Baliza.

Jucá também informou que a Marinha vai instalar, em Caracaraí, uma agência para disciplinar e fiscalizar o tráfego fluvial.

Lindbergh acredita que o país volta a crescer em 2012

A redução da taxa básica de juros (Selic) pelo Banco Central, os investimentos públicos e as medidas do Plano Brasil Maior, lançado para estimular e proteger a indústria contra os efeitos da crise internacional, ajudarão o país a retomar os 5% de crescimento do PIB sem abrir mão das conquistas sociais, afirmou Lindbergh Farias (PT-RJ).

— O recado que a presidente Dilma dá com muita força é o seguinte: este país não vai recuar das suas conquistas. Vamos continuar incluindo mais gente e não vamos aceitar que essa crise internacional retire as conquistas



Senador diz que crescimento do PIB voltará aos 5% no próximo ano

que o povo teve no governo do presidente Lula.

Lindbergh destacou artigo do jornal *Valor Econômico* em que a reação adversa do mercado à redução da Selic não correspondeu à das tesourarias dos bancos, que já sabiam que a economia iria desacelerar.

Para senador, Brasil acerta em rejeitar alianças com potências

Lindbergh Farias afirmou que o Brasil acertou na estratégia de rejeitar alianças internacionais com grandes potências, a exemplo da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que teriam cunho recolonizador da América Latina.

Para o senador, outro acerto brasileiro foi ter investido na integração do mercado sul-americano, contribuindo para aumentar o protagonismo do

Brasil no cenário internacional. Essa postura, disse, também teria garantido ao país autonomia político-diplomática, a ponto de o Brasil ser "ator de primeira linha" nas negociações internacionais.

Lindbergh também celebrou a constituição da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), com 33 países, em reunião à qual esteve presente.



Senador diz que os bancos continuam aumentando os juros de empréstimos



“CDH é trincheira dos movimentos sociais”

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS) disse em pronunciamento no Plenário, na sexta-feira, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), por ele presidida, tornou-se “uma verdadeira trincheira dos movimentos sociais” no Congresso. Ao fazer balanço das atividades em 2011, o parlamentar assinalou que a comissão realizou neste ano 106 reuniões, das quais 85 foram audiências públicas.

As iniciativas da CDH, conforme o senador, incluíram “a defesa de idosos, pessoas com deficiência, índios, ciganos, mulheres, jovens, brancos, negros, pobres, trabalhadores e sindicalistas que lutam por causas justas”. As audiências públicas, segundo Paim, “deram palco a quem não tem palco”, como os que “andam de bicicleta e não são respeitados pelos ônibus, pelos caminhões e por aqueles que dirigem os seus automóveis”.

O senador destacou ainda audiência pública em apoio aos “trabalhadores experientes”, profissionais com mais de 40 anos que encontram dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Uma das sugestões foi a criação de cadastro nacional na internet para estimular a recolocação.

Paulo Paim observou que algumas sugestões apresentadas nas audiências acabaram se incorporando às leis do país, como a redução do percentual pago à Previdência na contratação do trabalho doméstico. Na audiência que celebrou os 120 anos da inspeção do trabalho no Brasil, foi confirmada a contratação dos auditores fiscais aprovados em concurso do Ministério do Trabalho em 2010 e também a realização de novo concurso em 2012, para preencher 600 vagas na área.

— A CDH buscou ser esse espaço aberto a todos e a todas, valendo-se da igualdade de oportunidades em que tanto acredito — disse.



Ativistas da causa homossexual e grupos religiosos acompanham sessão da CDH, presidida por Paulo Paim (D)

Em 21 reuniões deliberativas, 89 proposições entraram na pauta, resultando em 43 projetos aprovados.

Entre eles, o que apoia as pessoas com deficiência nas ações de empreendedorismo, na isenção do IPI para

aquisição de automóveis e no atendimento preferencial em educação, saúde e justiça.



Sector aeroportuário será debatido por seis meses pelo novo colegiado

Subcomissão será instalada para analisar aviação brasileira

O SENADOR VICENTINHO Alves (PR-TO) informou na terça-feira que será criada subcomissão temporária para discutir problemas da aviação no Brasil. O anúncio foi feito durante audiência pública que debateu o setor na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Formada por consultores e representantes de empresas e de trabalhadores da área, o colegiado terá seis meses para analisar a questão. Audiências públicas em várias capitais, com a primeira em Belém, farão parte das atividades do colegiado, informou Vicentinho Alves, que também é aviador.

O parlamentar lamentou o fato de a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) não ser dirigida por alguém da área,

mas por um profissional ligado ao sistema financeiro (Gustavo do Vale). Vicentinho criticou o modo como os aeroportos estão sendo ampliados para recepcionar a Copa do Mundo de 2014.

— Estou decepcionado com a ação do presidente da Infraero de fazer puxadinhos em aeroportos. Não somos um país de puxadinhos, precisamos de infraestrutura para atender às demandas do país. Não acredito em administração de improviso — afirmou.

A subcomissão temporária será criada no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Vicentinho Alves é relator de projeto de lei (PLS 434/11) do senador Blairo Maggi (PR-MT) que trata da jornada de trabalho do aeronauta.

Semana importante para a classe artística

A SEMANA QUE passou trouxe avanços para a classe artística. Na quarta-feira, foi aprovado, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto de lei que regulamenta as atividades de DJ (disc-jóquei) e produtor DJ. Apresentada pelo então senador Sérgio Zambiasi, a proposta (PLS 322/10) inclui essas categorias na lei que trata da regulamentação das profissões de artista e de técnico em espetáculos de diversões (Lei 6.533/78).

O projeto exige registro profissional junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, que será concedido mediante apresentação de certificado de curso profissionalizante. A jornada de trabalho é definida com seis horas diárias e 30 horas semanais, assegurando liberdade de criação interpretativa a esses profissionais, desde que seja respeitada a obra original.

O texto também regula a atuação de DJs estrangeiros. Esses ficam dispensados de comprovar a realização de curso técnico desde que sua permanência no país seja inferior a 60 dias. No entanto, em eventos com artistas internacionais, exige-se a participação de, pelo menos, 70% de profissionais brasileiros.

A iniciativa resgata projeto do falecido senador Romeu Tuma. Ao justificar a proposta, Zambiasi informa que há no país mais de 1 milhão de disc-jóqueis atuando à margem da legislação.

Seguro-desemprego

Também na quarta-feira, em reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), representantes da classe artística discutiram com senadores a proposta (PLS 211/10) que concede seguro-desemprego para os profissionais da área.

De acordo com o projeto, proposto pela então senadora Marisa Serrano, para receber o seguro-desemprego, o profissional precisa comprovar ter trabalhado em atividades da área por pelo menos 30 dias nos 12 meses anteriores à data do pedido. Também não pode estar recebendo outro benefício previdenciário de prestação continuada ou auxílio-desemprego.

Além disso, é necessário ter efetuado os recolhimentos previdenciários relativos ao período de trabalho, bem como não possuir renda de qualquer natureza. O projeto foi aprovado na CE em 21 de junho, seguindo para tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Números apresentados pelo ator Odilon Wagner, presidente da Associação de Produtores Teatrais Independentes, mostram que, somente em São Paulo, 20 mil pessoas trabalham com teatro.



Projeto regulamenta a atividade de DJ, que emprega mais de 1 milhão de pessoas no país, segundo estimativas

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Marcelo Crivella

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF

Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

Lei que entrou em vigor na sexta-feira detalha responsabilidades da União, estados e municípios no licenciamento e na fiscalização

Entes federativos têm novas competências na área ambiental

ENTROU EM VIGOR na sexta-feira a Lei Complementar 140/11, que estabelece as competências da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto à proteção, ao uso e à conservação dos recursos naturais.

A lei teve origem em projeto da Câmara (PLC 1/10), do deputado Sarney Filho (PV-MA), que sofreu diversas alterações até chegar ao texto aprovado pelo Plenário do Senado em 26 de outubro.

De acordo com a nova lei, o foco da atuação dos órgãos ambientais dos respectivos entes federados deverá ser a política de licenciamento e fiscalização ambiental, com o objetivo de oferecer segurança jurídica na exploração dos recursos naturais.

A lei detalha as competências administrativas específicas da União, dos estados e dos

municípios. Senadores chegaram a manifestar preocupação com a perda de competência de fiscalização do Ibama.

Empreendimentos e atividades serão licenciados ou autorizados, do ponto de vista ambiental, por um único ente

federativo, facultadas manifestações dos demais afetados pela iniciativa.

Na inexistência de órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente nas esferas estadual ou municipal, caberá à União desempenhar

as ações administrativas demandadas nessas localidades até sua criação.

As novas regras devem ser aplicadas somente aos processos de licenciamento e autorização ambiental iniciados a partir da vigência da lei.



Senador acredita que a discussão fluirá melhor com menos colegiados

Collor apresenta proposta para fortalecer comissões

Proposta para mudar o funcionamento das comissões do Senado foi apresentada na sexta-feira por Fernando Collor (PTB-AL). Entre as medidas sugeridas para aplicação a partir da próxima mudança de Mesa, em 2013, estão a redução do número de comissões e subcomissões, além de reuniões em horários que permitam a participação dos senadores e a transmissão ao vivo de todas elas pela TV Senado.

Na avaliação de Collor, a participação dos senadores nas discussões tem sido inviável devido ao elevado número de comissões e subcomissões, que se reúnem no mesmo dia e horário. Ele informou que hoje o Senado tem 45 colegiados: 11 comissões, 27 subcomissões permanentes e sete subcomissões temporárias. Além dessas, também existem a Comissão Diretora e as comissões mistas do Congresso Nacional.

— É necessário implantar uma distribuição mais racional de dias e horários e um melhor aproveitamento da semana para os trabalhos legislativos — disse o senador.

Apoio à ideia

Collor ainda destacou o elevado número de senadores integrantes de cada colegiado e a repetição de assuntos, sugerindo redução das possibilidades de apresentação de requerimento de regime de urgência e elevação do número de assinaturas para interpor recursos contra decisões terminativas das comissões.

Ana Amélia (PP-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF) apoiaram a proposta. Ela disse sentir dificuldade para “compatibilizar os horários incompatíveis”, e o senador sugeriu mais tempo para favorecer o diálogo entre os senadores. Paulo Paim (PT-RS), que presidia a sessão, informou que vai encaminhar a proposta a todos os senadores, para iniciar a discussão.



Usina de Símplicio, no rio Paraíba do Sul, integra o complexo de Furnas: licenciamento de tais obras deve ser estadual

Ferraço diz que governo pode rever terrenos de marinha

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) comemorou em Plenário, na quinta-feira, compromisso assumido pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior, de que o governo discutirá em breve a modernização da legislação federal que trata dos terrenos de marinha e enfiteuse (direito de uso de imóvel mediante pagamento de foro).

O parlamentar é relator na Comissão de Constituição e Justiça de proposta (PEC 53/07) que extingue a figura jurídica do terreno de marinha. Pela PEC, essas áreas serão divididas em cinco categorias, ficando para a União o domínio do grupo formado por terrenos que abrigam órgãos da administração federal e pelos imóveis destinados a prestadores de serviços por meio de concessão ou permissão.

Presidente do Basa debate recursos para região Norte

A Subcomissão Permanente da Amazônia realiza na quinta-feira audiência pública com o presidente do Banco da Amazônia (Basa), Abidias José de Souza Júnior, que vai falar sobre as dificuldades de liberação de recursos para financiamento dos créditos de fomento ao desenvolvimento da região Norte.

O presidente do Basa deve tratar, ainda, da renegociação das dívidas contraídas junto ao Fundo Constitucional do Norte (FNO) e ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A audiência pública foi solicitada por Vicentinho Alves (PR-TO).

O Basa, vinculado ao Ministério da Fazenda, administra os recursos do Fundo Constitucional do Norte.

Comissão vota projeto sobre obras inacabadas

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) vota amanhã, em decisão final, projeto de Fernando Collor (PTB-AL) que atribui ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) a obrigação de apresentar relatório anual sobre obras públicas inacabadas e paralisadas há mais de um ano custeadas com recursos federais.

Pela proposta (PLS 58/08), o Confea terá até 31 de dezembro para apresentar o relatório às comissões de Fiscalização e Controle da Câmara e do Senado, ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União e ao Ministério Público da União.

O relator, João Vicente Claudino (PTB-PI), apresentou emenda para que o relatório seja fornecido por meio eletrônico ou banco de dados.

Alvaro: Congresso não cumpre dever de fiscalizar Executivo

Alvaro Dias (PSDB-PR) destacou a passagem do Dia Internacional contra a Corrupção, comemorado em 9 de dezembro, para dizer que uma esmagadora maioria governista impede que a minoria exercite a “prerrogativa essencial” do Legislativo de fiscalizar o Executivo. Dos 81 senadores, apenas 16 não integram a base governista.

Os escândalos envolvendo ministros e altos dirigentes do Executivo se sucederam, afirmou o senador, e o Congresso não instalou nenhuma



Alvaro Dias

CPI para investigar a corrupção. Vários senadores que acreditaram na hipótese de faxina ética nos ministérios deram voto de confiança à presidente Dilma Rousseff e se decepcionaram.

Cristovam Buarque (PDT-DF) está entre os que deram esse voto de confiança e constataram que “o processo não avançou como deveria”.

— O que houve não foi uma faxina, mas uma ação forçada pelos meios de comunicação, que estão fazendo a fiscalização — disse Cristovam.

“Denúncias generalizam e comprometem ONGs sérias”

Na opinião de Wellington Dias (PT-PI), a forma como a imprensa tem abordado as denúncias de envolvimento de organizações não governamentais (ONGs) em casos de corrupção cria a falsa impressão de que todas as entidades civis conveniadas com o poder público têm agido de forma fraudulenta, o que compromete a imagem dessas entidades.

— De 100 mil ONGs que têm parceria com o poder público, apenas 30 são objeto de denúncias. Muitas vezes,



Wellington Dias

na matéria inteira não se diz o nome da ONG. Passa-se uma ideia de que basta ser ONG para estar metida em coisa ruim.

O senador elogiou as decisões da presidente Dilma Rousseff de

reverter os contratos federais com entidades privadas sem fins lucrativos e de suspender todos os repasses, mas fez um apelo para que os recursos voltem a ser liberados, para assegurar o funcionamento dessas organizações.

— Acho que já houve tempo para separar o joio do trigo.

Veja de perto o que acontece no Senado

Seres | Soares - Criação e Marketing

8 canais da TV Senado na internet

Agora, com a multiprogramação da TV Senado na internet, o cidadão com acesso a banda larga pode conferir, além da programação normal da emissora, mais sete canais que transmitem em tempo real as sessões plenárias e reuniões das comissões e subcomissões.



Serviços e informações disponíveis na página da TV Senado

Oito canais com sinal ao vivo da TV Senado com transmissões simultâneas de diferentes pontos da Casa

Canal 9 do Portal Terra transmite os eventos do Senado de grande apelo e interesse público

Informações sobre a programação e a recepção do sinal da TV

Grade de programação diária e destaques do fim de semana

Reportagens, trechos ou íntegras de programas e de coberturas realizadas, disponíveis para visualização e download

Formulário para envio de sugestões e (ou) reclamações

www.senado.gov.br/tv | Twitter: @TVSenado

